

Congresso reabre na terça revendo gastos

BRASÍLIA — Pela primeira vez em 20 anos, o Congresso se autoconvocará no recesso, funcionando extraordinariamente até 28 de fevereiro, com interrupções apenas no período de festas (de 19 de dezembro a 5 de janeiro) e no Carnaval. A instalação solene será na terça-feira, às 19h.

Na quarta-feira, Câmara e Senado votarão dois projetos de resolução eliminando o pagamento da ajuda de custo prevista nas convocações extraordinárias. Cada parlamentar deixará de receber Cz\$ 120 mil se os projetos forem aprovados, como acredita que ocorrerá o Presidente do Senado, Humberto Lucena.

As proposições de natureza tributária, como os decretos-leis definindo

a nova tabela do Imposto de Renda e o pacote fiscal do Governo, terão prioridade. O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, comunicou a Lucena o envio de mensagens com os projetos de lei criando o Imposto sobre o Patrimônio Líquido e alterando a Lei do Inquilinato, para serem apreciados durante a convocação extraordinária.

Serão também examinados projetos pendentes de deliberação, como o que trata do Plano de Cargos e Carreira do servidor público, em exame na Câmara, e da autorização para que o Executivo possa emitir títulos da dívida agrária, para o pagamento de desapropriações da reforma agrária, em tramitação no Senado.

A Mesa do Senado receberá da Presidência, na próxima semana, 150 pedidos de empréstimos para Estados e Municípios, fora os 22 que já estão em tramitação.

Nas sessões conjuntas, serão apreciados 173 decretos-leis, alguns referentes ainda ao primeiro pacote econômico do Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, adotado em julho. Dentro de dez dias, terão que ser examinados 149 desses decretos em regime de urgência, senão serão aprovados por decurso de prazo.

Há ainda para exame a indicação de oito embaixadores brasileiros e o projeto de lei aprovado no Senado autorizando a venda de imóveis funcionais para os funcionários da União.

Marinha homenageia dez parlamentares do Centrão

BRASÍLIA — Onze parlamentares, sendo dez do Centrão, receberam ontem do Ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia, a Medalha do Mérito Tamandaré. Durante as comemorações, no Grupamento dos Fuzileiros Navais de Brasília, o Ministro procurou desvincular a homenagem das últimas vitórias dos "centristas" na Constituinte.

— O Conselho da Ordem do Mérito Naval, que escolhe os agraciados com o Mérito Tamandaré, fez a seleção em outubro, quando o Centrão ainda não existia — explicou o Ministro. — Estes parlamentares foram homenageados pelos constantes serviços à Marinha na Assembléia Nacional Constituinte e no Congresso.

Entre os serviços prestados à Marinha pelos agraciados, o Almirante Sabóia destacou o trabalho feito para que prevalecesse na Sistematização, no tocante à anistia aos militares, o projeto do Relator Bernardo Cabral e pela aprovação dos artigos do projeto de Constituição que se referem ao papel das Forças Armadas. Outro ponto lembrado pelos almirantes presentes foi a aprovação da Convenção das Nações Unidas para os Direitos do Mar, que recebeu apoio importante dos parlamentares condecorados.

Receberam o Mérito Tamandaré os Senadores Raimundo Lira e Francisco Rolemberg; os Deputados Nilson Gibson, Ricardo Fiúza, Solon Borges, Roberto Cardoso Alves, José Egreja, Gastone Righi, Guilherme



Righi, Fiúza e Alves confraternizam com os Ministros militares no coquetel

Afif Domingos, Marcos Lima e Renata Vianna. Dos citados, apenas o último não faz parte do Centrão.

A Marinha também condecorou o Brigadeiro Sidney Obino Azambuja, que coordenou a assessoria das Forças Armadas na Constituinte. A ordem do dia destacou o esforço de Tamandaré no reequipamento e modernização da Marinha de seu tempo.

Mostrando-se preocupado com a duração do mandato do Presidente Sarney, o Ministro da Marinha manifestou-se a favor dos cinco anos:

— Acho que uma campanha política é algo que não se coaduna com a promulgação de uma Constituição e a realização de tarefas importantes, como a redação das novas consti-

tuições estaduais e a aprovação de novas leis ordinárias, uma vez que os Códigos atuais ficarão defasados com a nova Carta Magna. Um ano a mais permitiria a concretização de todas essas tarefas imprescindíveis.

Também presente, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Moreira Lima, disse que ainda acredita em um acordo político em torno dos pontos principais do projeto de Constituição. Ele comparou a situação na Constituinte com o acordo de redução das armas nucleares, assinado entre os líderes dos Estados Unidos e da União Soviética:

— Se as grandes potências conseguem chegar a um acordo, porque nós, brasileiros, não chegaremos a um consenso? Acho que é muito mais fácil nos entendermos.

Sarney pede a Lobão que não insista nos 5 anos

BRASÍLIA — O Senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou ontem que, em conversa domingo no Palácio da Alvorada, o Presidente José Sarney pediu-lhe que não leve adiante a coleta de assinaturas à sua emenda que estabelece o mandato presidencial de cinco anos.

Segundo ele, Sarney convidou-o ao Palácio especialmente para fazer esse pedido e ouviu, em resposta, que a proposta já era do domínio dos cerca de 200 parlamentares que a tinham assinado.

O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, não confirmou a versão do Senador e foi enfático ao reiterar que o Presidente tomou a decisão, irreversível, de não interferir na Constituinte para alterar a decisão da Comissão de Sistematização.

Costa Couto contou que, ao chegar ontem ao Palácio do Planalto, Sarney o chamou ao gabinete para pedir que desse conta dessa posição à imprensa "a título de esclarecimento".

Ele disse que o Presidente não autorizou qualquer das iniciativas, de parlamentares ou de Ministros, no sentido de modificar a decisão da Comissão de Sistematização por um mandato de quatro anos. Admitiu, entretanto, que colegas seus de Ministério e parlamentares identificados com a linha do Governo atuam nesse sentido, embora de forma isolada. E acrescentou:

— O Presidente Sarney não quer mais saber disso. No momento em que houve uma decisão da Comissão de Sistematização pelos quatro anos, sente-se impedido, até por uma questão ética, de manifestar-se, no âmbito da Constituinte, sobre o assunto. Até a sua agenda comprova isso, pois nas vésperas de votações importantes, como a de ontem (quarta-feira), ela não incluía parlamentares.

Para Costa Couto, Sarney também não está receptivo a conversas sobre temas políticos que envolvam decisões iminentes dos constituintes, como o sistema de governo.

Ele definiu o comportamento do Presidente como "absolutamente hermético, a ponto de nem mesmo comentar informalmente se espera acontecimentos favoráveis a partir da demonstração de força do Centrão".

— O Presidente fez uma opção política e respeitará a decisão da Constituinte — enfatizou Costa Couto.

Deputado nega uso de verba para a ecologia

BRASÍLIA — O Deputado Fábio Feldman (PMDB-SP), acusado pela Presidente da Apande (associação ecológica de Petrópolis), Fernanda Colagrossi, de desviar US\$ 35 mil (Cz\$ 2,31 milhões) doados pela organização ecológica Wild World Fund, disse ontem que não recebeu qualquer tostão e desafiou Fernanda a comprovar a acusação. Feldman disse que o dinheiro foi destinado à Fundação Brasileira para Conservação da Natureza e que qualquer dúvida sobre sua utilização pode ser sanada com o ex-Presidente da Fundação, Ibsen Gusmão Câmara.

— Acredito que dona Fernanda Colagrossi tenha se equivocado — afirmou.

Feldman disse que as contas da Frente Nacional de Ação Ecológica da Constituinte estão à disposição de quem queira averiguar a destinação e utilização dos recursos. E explicou que a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) distribuiu passagens para as lideranças ecológicas de todo o País.

● **RESPOSTA** — A propósito de notícia publicada ontem, a Presidente da Apande, Fernanda Colagrossi, esclarece que apenas interpelou o Deputado Fábio Feldman sobre os gastos com o movimento ecológico realizado em Brasília, sem ter feito ao parlamentar acusação direta de desvio de verba. Disse que aguarda detalhes sobre a destinação da verba.